



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000018-55.2010.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Andre Gustavo Scarpim Braga**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

ANDRÉ GUSTAVO SCARPIM BRAGA, qualificado nos autos, está sendo processado pela suposta infração ao artigo 168, parágrafo 1º, inciso III, do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, apoderou-se, na qualidade de advogado da vítima, da importância de R\$ 28.398,11, de que tinha posse, pertencentes a Benedito Nunes de Proença.

A denúncia foi recebida em 31 de maio de 2011 (fls. 109).

Respostas à acusação às fls. 126/128 e 135/145.

No curso das instruções processuais foram ouvidas a vítima (fls. 160/161 – mídia digital) e três testemunhas (fls. 188/190) e, ao final, o réu foi interrogado (fls. 272/275 – mídia digital).

As partes manifestaram-se em alegações finais. A Dra. Promotora requereu a condenação nos termos da denúncia por entender comprovadas a materialidade e a autoria delitivas (fls. 278/282). O Dr. Defensor, por sua vez, pugnou pela absolvição, em decorrência de fragilidade probatória (fls. 287/301).

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação penal é improcedente.

A prova produzida indica que, efetivamente, o acusado, na condição de advogado, promoveu ação judicial tendo o ofendido como mandante, a qual foi julgada procedente, resultando em crédito para o autor da ação.

De outra parte, não há demonstração inequívoca de que o denunciado tenha se apropriado de quantia recebida em nome do constituinte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

É certo que a sedizente vítima, Benedito Nunes de Proença, disse que, aleatoriamente, tomou conhecimento do desfecho da ação indenizatória e, um ano após o levantamento do valor da condenação pelo causídico, procurou-o, sem sucesso, para receber o montante que lhe cabia. Asseverou que o acusado ofereceu-lhe, então, apenas a quantia aproximada de R\$ 4.000,00, referente aos honorários sucumbenciais, negando-se a entregar-lhe o valor principal, com o desconto da proporção de 30% referente aos honorários contratuais.

Essas declarações são conflitantes com a versão apresentada pelo réu quando interrogado. O denunciado disse que ele e sua mulher, que exercia a atividade de despachante, mantiveram relação profissional anterior com o acusado, em razão da qual dispunha de crédito em aberto. Em consequência e por se tratar de honorários devidos apenas na hipótese de êxito, acordaram a divisão pela metade na hipótese de procedência. Tão logo procedeu ao levantamento do montante inicial, o autor promoveu a entrega de 50% ao cliente, abstendo-se, em razão da relação de confiança e em consequência de haver sido procurado ao final do expediente, de exigir recibo. Após, instruído, o ofendido dirigiu-se ao seu escritório e, descontente com a divisão igualitária do valor da condenação, recusou-se a receber a segunda parcela, lançando ameaças contra o réu.

As palavras do acusado dispõem de verossimilhança.

Ainda, estão amparadas pelo testemunho de Valéria Alexandre Lima que, sob o crivo do contraditório, relatou que presenciou vítima e réu conversando, quando o advogado entregou ao constituinte um envelope que, assevera, continha dinheiro. Acrescentou que, em outra oportunidade, o ofendido recusou-se a receber o restante do valor porque considerava que quantia maior lhe era devida (fls. 188).

Verifica-se, portanto, que não há elementos a indicar que o réu tenha se apropriado do montante pertencente à vítima, apresentando-se a declaração do tomador de seus serviços advocatícios absolutamente insuficiente para a prolação de decreto condenatório em seu desfavor.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação penal e absolvo o réu ANDRÉ GUSTAVO SCARPIM BRAGA da acusação consistente na prática da infração penal descrita no artigo 168, parágrafo 1º, inciso III, do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

P.R.I.

Ibaté, 17 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**